

**EXEMPLOS/SUGESTÕES DE
DOCUMENTOS-TIPO PARA
ADOÇÃO PELOS GINÁSIOS,
EM CONFORMIDADE COM O
REGULAMENTO GERAL SOBRE
PROTEÇÃO DE DADOS**



POLÍTICA DE PRIVACIDADE

POLÍTICA DE PRIVACIDADE *WEBSITE* [...]

No âmbito da utilização do *website* [...] (“*Website*”) poderão ser recolhidos dados pessoais dos utilizadores (“Utilizador”).

O [...] preocupa-se com a sua privacidade e pretende assegurar que são adotadas todas as medidas necessárias para que os seus dados pessoais sejam tratados de forma segura e de acordo com a legislação aplicável relativa a proteção de dados pessoais e em conformidade com o aqui exposto.

1.1 Responsável pelo Tratamento e Encarregado de Proteção de Dados

Identificação: [...]

Morada: [...]

Telefone: [...]

E-mail: [...]

Contactos do Encarregado de Proteção de Dados:[...]

1.2 Finalidades do Tratamento

Os seus dados pessoais serão tratados com as seguintes finalidades:

1.2.1. Gestão do *Website*;

1.2.2. Envio de comunicações relativas à promoção de produtos e serviços da [...];

1.2.3. Permitir o acesso a áreas restritas do *Website*.

1.3. Destinatários dos dados pessoais

O [...] poderá contratar prestadores de serviços externos, que atuam como subcontratantes, para lhe prestar serviços em diferentes áreas (por exemplo, serviços de comunicações).

Neste sentido, o [...] segue critérios rigorosos na seleção de prestadores de serviços, a fim de cumprir com as suas obrigações de proteção de dados, comprometendo-se a subscrever com os mesmos um acordo de tratamento de dados, que inclui, entre outras, as seguintes

obrigações: aplicar medidas técnicas e organizacionais adequadas; tratar os dados pessoais para os fins acordados e respondendo exclusivamente às instruções documentadas do [...]; e apagar ou devolver os dados pessoais a [...] após a conclusão dos serviços.

1.4 Fundamento jurídico para o tratamento dos dados pessoais

O [...] trata os dados pessoais recolhidos com os seguintes fundamentos jurídicos:

1. No caso da finalidade identificada no ponto 1.2.1. o fundamento jurídico para o tratamento dos seus dados pessoais é o interesse legítimo do [...] em manter o conteúdo do seu *Website* constantemente atualizado por forma a prestar-lhe informações úteis e de qualidade;
2. No caso da finalidade identificada no ponto 1.2.2. o fundamento jurídico para o tratamento é o seu consentimento, podendo o mesmo ser retirado a qualquer momento, sem que tal, no entanto, torne ilegítimo o tratamento de dados pessoais realizado com base nesse consentimento até à data em que o mesmo seja retirado.
O não fornecimento do seu consentimento irá impedir o envio de comunicações relativas à promoção de produtos e serviços relativos ao [...];
3. No caso da finalidade identificada no ponto 1.2.3. o fundamento jurídico para o tratamento dos seus dados pessoais é a execução contratual.

1.5 Durante quanto tempo conservamos os seus dados pessoais?

O período pelo qual conservamos os seus dados pessoais poderá variar consoante a finalidade para a qual foram recolhidos e são tratados. Assim, iremos conservar os seus dados pessoais durante os seguintes prazos:

1. No caso das finalidades identificadas nos pontos 1.2.1. e 1.2.3.: até ao momento em que os dados pessoais já não sejam necessários para o cumprimento desta finalidade;
2. No caso da finalidade identificada no ponto 1.2.2.: até que retire o seu consentimento;

Sem prejuízo dos prazos identificados, os seus dados pessoais serão também conservados durante o tempo necessário para dar cumprimento às obrigações legais que em cada caso sejam aplicáveis.

No caso dos dados pessoais serem utilizados para várias finalidades, que nos obriguem a conservá-los durante prazos diferentes, aplicaremos o prazo mais longo.

1.6 Direitos dos titulares dos dados pessoais

De acordo com a legislação de proteção de dados aplicável, tem direito de:

1. Solicitar o acesso aos seus dados pessoais: Tem o direito de obter confirmação sobre se quaisquer dados pessoais que lhe digam respeito estão, ou não, a ser tratados e, se for esse o caso, solicitar acesso aos seus dados pessoais. As informações de acesso incluem – entre outras coisas – as finalidades do tratamento, as categorias de dados pessoais em questão e as categorias de destinatários ou os destinatários a quem os seus dados pessoais foram ou serão divulgados.

Pode ter o direito de obter uma cópia dos dados pessoais que estão a ser objeto de tratamento.

2. Solicitar a retificação dos seus dados pessoais: tem o direito de obter a retificação das inexatidões relativas aos seus dados pessoais. Tendo em conta as finalidades do tratamento, tem o direito a que os seus dados pessoais incompletos sejam completados, incluindo por meio de uma declaração adicional.
3. Solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais: em determinadas circunstâncias, pode ter o direito de obter a limitação do tratamento dos seus dados pessoais. Nesse caso, os respetivos dados serão marcados e só podem ser tratados por nós com o seu consentimento ou para determinados fins.
4. Solicitar a portabilidade dos dados: em determinadas circunstâncias, pode ter o direito de receber os dados pessoais que nos forneceu, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática e pode ter o direito a transmitir esses dados para outra entidade sem que o possamos impedir.

5. Opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais: tem o direito de, por motivos relacionados com a sua situação particular, a qualquer momento, se opor ao tratamento dos seus dados pessoais. Nesse caso, a [...] irá cessar o tratamento dos seus dados pessoais, a não ser que se verifiquem razões imperiosas e legítimas para esse tratamento que prevaleçam sobre os seus interesses, direitos e liberdades, ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

Também tem o direito de apresentar uma queixa junto da autoridade competente de supervisão da proteção de dados.

Para exercer os direitos referidos, ou retirar os consentimentos prestados, o Utilizador pode contactar o [...], através do envio e um e-mail para o contacto [...], indicando como referência "Proteção de Dados" e fornecendo um comprovativo da sua identidade.

2.9 Atualização desta Política de Privacidade

A presente Política de Privacidade teve a sua última atualização em Maio de 2018 e está atualizada de acordo com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados ("RGPD") e demais legislação aplicável.

Política de Privacidade

1.1 Responsável pelo Tratamento e Encarregado de Proteção de Dados

Identificação: [...]

Morada: [...]

Telefone: [...]

E-mail: [...]

Contactos do Encarregado de Proteção de Dados:[...]

1.2 Finalidades do Tratamento

Os dados pessoais serão tratados com as seguintes finalidades:

Para execução e gestão do contrato celebrado. Tal sucederá para as seguintes finalidades:

- Gestão da relação comercial/contratual;
- Prestação dos serviços contratados, nomeadamente serviços desportivos adequados às necessidades físicas do titular dos dados.

Para cumprimento de obrigações legais, nomeadamente para cumprimento do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 de janeiro (contratação de seguro desportivo).

Prossecução dos interesses legítimos do Responsável pelo Tratamento. Tal sucederá para as seguintes finalidades:

- Condução de inquéritos de qualidade relativamente aos produtos e serviços comercializados, bem como realizar análises estatísticas de marketing;
- Controlo de acessos do cliente aos centros explorados sob a marca [...]
- Gestão de processos em contencioso;
- Gestão de solicitações, reclamações e quaisquer recomendações efetuadas pelos titulares dos dados pessoais relativamente aos serviços prestados pelo [...];
- Controlo da segurança de pessoas e bens.

O consentimento dos titulares dos dados. Tal sucederá para as seguintes finalidades:

- Promoção de produtos e serviços adequados ao seu perfil;
- Tratamento de dados de saúde para avaliação das condições físicas e elaboração de planos de treino.
- Gestão dos seus pedidos de suspensão / cancelamento por motivos relacionados com questões de saúde.

1.3 Categorias de dados pessoais

No âmbito da relação estabelecida entre o [...] e o titular dos dados irão ser tratadas as seguintes categorias de dados pessoais:

- i. Dados de identificação;

- ii. Dados de contacto;
- iii. Dados de saúde;
- iv. Dados de prática de atividade física/desportiva;
- v. [...].

1.4 Conservação dos dados pessoais

Os seus dados pessoais serão conservados durante o período de tempo que se revele necessário ou obrigatório para o cumprimento das finalidades aqui descritas, sendo aplicados critérios de conservação da informação apropriados a cada tratamento e em linha com as obrigações legais e regulamentares a que o [...] está sujeito, designadamente:

- 10 (dez anos) para efeitos de cumprimento de obrigações fiscais e legais no âmbito das obrigações estabelecidas no código comercial e no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
- 5 (cinco anos) para efeitos de cumprimento de obrigações em matéria de reclamações;

1.5 Destinatários dos seus dados pessoais

Para que o [...] consiga cumprir com todas as suas obrigações e possa prestar-lhe serviços de qualidade, poderá ter que comunicar os seus dados pessoais ou dar acesso aos mesmos a outras entidades.

O [...] apenas transmitirá os seus dados pessoais às seguintes categorias de destinatários:

- Seguradoras, no âmbito e para a finalidade de contratação de seguro pela utente;

- Entidades e autoridades a quem os dados pessoais devam ser comunicados por força de obrigação legal;
- Instituições financeiras para efeitos de processamento de pagamentos através de débito direto;
- Subcontratantes do [...] encarregadas do tratamento de dados pessoais;
- Quando autorizado pela utente, a empresas parceiras do [...] para fins de marketing direto.

O [...] poderá contratar prestadores de serviços externos, que atuam como subcontratantes, para lhe prestar serviços em diferentes áreas (por exemplo, serviços de comunicações).

Neste sentido, o [...] segue critérios rigorosos na seleção de prestadores de serviços, a fim de cumprir com as suas obrigações de proteção de dados, comprometendo-se a subscrever com os mesmos um acordo de tratamento de dados, que inclui, entre outras, as seguintes obrigações: aplicar medidas técnicas e organizacionais adequadas; tratar os dados pessoais para os fins acordados e respondendo exclusivamente às instruções documentadas do [...]; e apagar ou devolver os dados pessoais ao [...] após a conclusão dos serviços.

1.6 Direitos dos titulares dos dados

Na qualidade de titular dos dados, goza dos seguintes direitos:

- Solicitar o acesso aos seus dados pessoais: Tem o direito de obter confirmação sobre se quaisquer dados pessoais que lhe digam respeito estão, ou não, a ser tratados e, se for esse o caso, solicitar acesso aos seus dados pessoais. Tem o direito de obter uma cópia dos dados pessoais que estão a ser objeto de tratamento;

- Solicitar a retificação dos seus dados pessoais: tem o direito de obter a retificação das inexatidões relativas aos seus dados pessoais. Tendo em conta as finalidades do tratamento, tem o direito a que os seus dados pessoais incompletos sejam completados, incluindo por meio de uma declaração adicional;
- Solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais: em determinadas circunstâncias, pode ter o direito de obter a limitação do tratamento dos seus dados pessoais. Nesse caso, os respetivos dados serão marcados e só podem ser tratados por nós com o seu consentimento ou para determinados fins;
- Solicitar a portabilidade dos dados: em determinadas circunstâncias, pode ter o direito de receber os dados pessoais que nos forneceu, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática e pode ter o direito a transmitir esses dados para outra entidade sem que o possamos impedir;
- Opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais: tem o direito de, por motivos relacionados com a sua situação particular, a qualquer momento, se opor ao tratamento dos seus dados pessoais. Nesse caso, o [...] irá cessar o tratamento dos seus dados pessoais, a não ser que se verifiquem razões imperiosas e legítimas para esse tratamento que prevaleçam sobre os seus interesses, direitos e liberdades, ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial;
- Direito a retirar o seu consentimento: Nos casos em que o tratamento dos dados seja feito com base no seu consentimento, poderá retirar o consentimento a qualquer momento.

Caso retire o seu consentimento, os seus dados pessoais deixarão de ser tratados, exceto se existir outro fundamento, como o contrato, obrigações legais e regulamentares ou o interesse legítimo do [...], que justifique esse tratamento.



- Tem direito a apresentar uma reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados, autoridade de controlo competente em Portugal (www.cnpd.pt).

O exercício dos direitos é gratuito, a menos que o pedido seja manifestamente infundado ou excessivo, podendo, nesses casos, ser cobrada uma taxa razoável considerando os custos associados.

A resposta aos seus pedidos deve ser prestada num prazo máximo de 30 dias, a não ser que se trate de um pedido especialmente complexo, caso em que esse prazo poderá ser mais longo.

Pode exercer os seus direitos através do envio de um email para o seguinte endereço eletrónico: [...]



CONTRATO DE ADESÃO



Tratamento de dados Pessoais no âmbito de Contrato de Adesão

1.1 Responsável pelo Tratamento e Encarregado de Proteção de Dados

Identificação do Responsável pelo Tratamento

Morada:

Telefone:

E-mail:

Identificação do Encarregado de Proteção de Dados

Morada:

Telefone:

E-mail:

1.2 Finalidade do tratamento

Os dados pessoais recolhidos serão tratados com as seguintes finalidades:

- i. Gestão da relação comercial/contratual;
- ii. Gestão de processos em contencioso;
- iii. Gestão de processos de incumprimento;
- iv. Gestão de pagamentos;
- v. Monitorização e controlo da aplicação dos procedimentos necessários para a execução do contrato ou cumprimento de obrigações legais (por exemplo, para controlo interno, auditoria);
- vi. Prestação de serviços desportivos.

1.3 Fundamento jurídico para o tratamento dos dados pessoais

Os dados pessoais aqui em causa serão tratados com fundamento na execução da relação contratual estabelecida entre a [...] e o titular dos dados.

1.4 Destinatários dos seus dados pessoais

Para que o [...] consiga cumprir com todas as suas obrigações e possa prestar-lhe serviços de qualidade, poderá ter que comunicar os seus dados pessoais ou dar acesso aos mesmos a outras entidades.

O [...] apenas transmitirá os seus dados pessoais às seguintes categorias de destinatários:

- Seguradoras, no âmbito e para a finalidade de contratação de seguro pela utente;
- Entidades e autoridades a quem os dados pessoais devam ser comunicados por força de obrigação legal;
- Instituições financeiras para efeitos de processamento de pagamentos através de débito direto;
- Subcontratantes do [...] encarregadas do tratamento de dados pessoais.

O [...] poderá contratar prestadores de serviços externos, que atuam como subcontratantes, para lhe prestar serviços em diferentes áreas (por exemplo, serviços de comunicações).

Neste sentido, o [...] segue critérios rigorosos na seleção de prestadores de serviços, a fim de cumprir com as suas obrigações de proteção de dados, comprometendo-se a subscrever com os mesmos um acordo de tratamento de dados, que inclui, entre outras, as seguintes obrigações: aplicar medidas técnicas e organizacionais adequadas; tratar os dados pessoais para os fins acordados e respondendo exclusivamente às instruções documentadas do [...]; e apagar ou devolver os dados pessoais ao [...] após a conclusão dos serviços.

1.5 Conservação dos Dados Pessoais

Os seus dados pessoais serão conservados durante o período de tempo que se revele necessário ou obrigatório para o cumprimento das finalidades aqui descritas, sendo aplicados critérios de conservação da informação apropriados a cada tratamento e em linha com as obrigações legais e regulamentares a que o [...] está sujeito, designadamente:

- 10 (dez anos) para efeitos de cumprimento de obrigações fiscais e legais no âmbito das obrigações estabelecidas no código comercial e no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
- 7 (sete anos) para efeitos de cumprimento de obrigações legais em matéria de branqueamento de capitais;
- 5 (cinco anos) para efeitos de cumprimento de obrigações em matéria de reclamações;

1.6 Direitos dos titulares dos dados

Na qualidade de titular dos dados, goza dos seguintes direitos:

- Solicitar o acesso aos seus dados pessoais: Tem o direito de obter confirmação sobre se quaisquer dados pessoais que lhe digam respeito estão, ou não, a ser tratados e, se for esse o caso, solicitar acesso aos seus dados pessoais. Tem o direito de obter uma cópia dos dados pessoais que estão a ser objeto de tratamento.
- Solicitar a retificação dos seus dados pessoais: tem o direito de obter a retificação das inexactidões relativas aos seus dados pessoais. Tendo em conta as finalidades do tratamento, tem o direito a que os seus dados pessoais incompletos sejam completados, incluindo por meio de uma declaração adicional.

- Solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais: em determinadas circunstâncias, pode ter o direito de obter a limitação do tratamento dos seus dados pessoais. Nesse caso, os respetivos dados serão marcados e só podem ser tratados por nós com o seu consentimento ou para determinados fins.
- Solicitar a portabilidade dos dados: em determinadas circunstâncias, pode ter o direito de receber os dados pessoais que nos forneceu, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática e pode ter o direito a transmitir esses dados para outra entidade sem que o possamos impedir.
- Opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais: tem o direito de, por motivos relacionados com a sua situação particular, a qualquer momento, se opor ao tratamento dos seus dados pessoais. Nesse caso, o [...] irá cessar o tratamento dos seus dados pessoais, a não ser que se verifiquem razões imperiosas e legítimas para esse tratamento que prevaleçam sobre os seus interesses, direitos e liberdades, ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.
- Tem direito a apresentar uma reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados, autoridade de controlo competente em Portugal (www.cnpd.pt).

O exercício dos direitos é gratuito, a menos que o pedido seja manifestamente infundado ou excessivo, podendo, nesses casos, ser cobrada uma taxa razoável considerando os custos associados.



A resposta aos seus pedidos deve ser prestada num prazo máximo de 30 dias, a não ser que se trate de um pedido especialmente complexo, caso em que esse prazo poderá ser mais longo.

Pode exercer os seus direitos através do envio de um *email* para o seguinte endereço eletrónico: [...]

REGULAMENTO INTERNO



CLÁUSULAS A INSERIR NO REGULAMENTO INTERNO

[...]

Direitos de Imagem

1. Sempre que o utente participar num evento de natureza desportiva, recreativa ou outra, promovido pelo [...], e sem prejuízo do direito à honra, intimidade e imagem própria, bem como à demais legislação aplicável a que o [...] esteja obrigado, o utente concede ao [...] autorização expressa e gratuita para a utilização, por esta, de acordo com os usos habituais em atividades de marketing, promoção e *team building*, das suas fotografias, imagens e som no caso de as mesmas constarem, posteriormente, em qualquer foto ou vídeo que o [...] possa vir a exibir nos seus meios de comunicação próprios, nomeadamente em páginas da Internet, páginas do Facebook e outras redes sociais, projetores e LCD's instalados no Ginásio, etc. Caso o utente assim o pretenda, e desde que tal não implique quaisquer custos financeiros para o [...] (nomeadamente o cancelamento de campanhas promocionais e/ou dos suportes existentes), o [...] obriga-se a retirar as imagens do utente dos seus meios de comunicação.

2. Ocasionalmente poderão decorrer filmagens ou sessões fotográficas dentro do Ginásio, com objetivos promocionais ou outros, sendo afixado nos centros e nos espaços específicos onde tais sessões estejam a decorrer, avisos sobre a realização das mesmas. O utente aceita que, dentro dos limites legais do seu direito à honra, intimidade e imagem própria, bem como à demais legislação aplicável, as imagens recolhidas nestas sessões possam ser igualmente utilizadas para os aludidos fins promocionais.

Dados Pessoais

1. O presente regulamento prevê a aplicação de uma Política de Privacidade que se junta em anexo e que faz parte integrante do presente documento.



2. A referida Política de Privacidade teve a sua última atualização em Maio de 2018 e está atualizada de acordo com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados ("RGPD") e demais legislação aplicável.

TOMADA DE CONHECIMENTO DO REGULAMENTO INTERNO

Eu, [...], portador do Cartão de Cidadão [...] e NIF n.º [...], residente em [...], declaro ter recebido e assinado o Regulamento Interno/Manual Interno do qual constam as regras de funcionamento do [...].

Mais, declaro assumir, nos termos e para os efeitos do artigo 40.º, n.º 2 da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro), não possuir quaisquer contraindicações para a prática das atividades físicas e desportivas que pretendo desenvolver.

Por último, declaro que li o teor do presente documento e declaro compreender a necessidade de recolha e tratamento dos meus dados pessoais com fundamento na execução contratual, na satisfação dos interesses legítimos do [...] para as finalidades descritas e no cumprimento de obrigações legais.

Presto o meu consentimento, livre e voluntário, para a recolha e tratamento dos meus dados pessoais pelo [...] para:

Promoção de produtos e serviços adequados ao meu perfil – Sim Não ☐ ☐

Envio de *newsletters* – Sim ☐ Não ☐

Tratamento dos meus dados antropométricos e de saúde para avaliação das minhas condições físicas e elaboração de planos de treino – Sim Não ☐ ☐

(assinar conforme Cartão de Cidadão)

(No caso de ser representante identificar o nome da representada e relação com esta)

_____ (local), _____ (data)

CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO A UTILIZAR QUANDO A POLÍTICA DE PRIVACIDADE NÃO SE ENCONTRE PREVISTA EM REGULAMENTO INTERNO

Declaro que li o teor da Política de Privacidade do [...] e declaro compreender a necessidade de recolha e tratamento dos meus dados pessoais com fundamento na execução contratual, na satisfação dos interesses legítimos do [...] para as finalidades descritas e no cumprimento de obrigações legais.

Presto o meu consentimento, livre e voluntário, para a recolha e tratamento dos meus dados pessoais pelo [...] para:

Promoção de produtos e serviços adequados ao meu perfil – Sim ☐ Não ☐

Tratamento dos meus dados de saúde para avaliação das condições físicas e elaboração de planos de treino – Sim ☐ Não ☐

(assinar conforme Cartão de Cidadão)

(No caso de ser representante identificar o nome da representada e relação com esta)

_____ (local), _____ (data)





APTIDÃO FÍSICA



INFORMAÇÃO BÁSICA A CONSTAR NO FINAL DO QUESTIONARIO SOBRE ANTECEDENTES MÉDICOS

Declaro que li o teor da Política de Privacidade do [...] e declaro compreender a necessidade de recolha e tratamento dos meus dados pessoais com fundamento na execução contratual, na satisfação dos interesses legítimos do [...] para as finalidades descritas e no cumprimento de obrigações legais.

Presto o meu consentimento, livre e voluntário, para a recolha e tratamento dos meus dados pessoais pelo [...] para:

Promoção de produtos e serviços adequados ao meu perfil – Sim ☐ Não ☐

Tratamento dos meus dados de saúde para avaliação das condições físicas e elaboração de planos de treino – Sim ☐ Não ☐

(assinar conforme Cartão de Cidadão)

(No caso de ser representante identificar o nome da representada e relação com esta)

_____ (local), _____ (data)



MENORES

TERMO DE RESPONSABILIDADE
(MENORES)

Eu, [...], residente em [...], portador do C.C. [...], na qualidade de representante legal do menor, não emancipado, [...] (conforme comprovado no ato de adesão ao ginásio) assumo a responsabilidade deste para a prática das atividades físicas e desportivas desenvolvidas no [...].

Mais declaro que, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 40.º, n.º 2 da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (Lei nº 5/2007, de 16 de Janeiro), o menor não possui quaisquer contraindicações para a prática das atividades físicas e desportivas em que se inscreve.

Cláusula sobre Dados Pessoais para inserir em Termo de Responsabilidade sobre menores

1.1 Responsável pelo Tratamento e Encarregado de Proteção de Dados

Identificação do Responsável pelo Tratamento

Morada:

Telefone:

E-mail:

Identificação do Encarregado de Proteção de Dados

Morada:

Telefone:

E-mail:

1.2 Finalidade do tratamento

Os dados pessoais aqui em causa serão tratados para efeitos de gestão da inscrição do menor no [...].

1.3 Fundamento jurídico para o tratamento dos dados pessoais

O fundamento jurídico para o tratamento dos dados pessoais aqui em causa é a execução contratual.

1.4 Destinatários dos seus dados pessoais

O [...] poderá contratar prestadores de serviços externos, que atuam como subcontratantes, para lhe prestar serviços em diferentes áreas (por exemplo, serviços de comunicações).

Neste sentido, o [...] segue critérios rigorosos na seleção de prestadores de serviços, a fim de cumprir com as suas obrigações de proteção de dados, comprometendo-se a subscrever com os mesmos um acordo de tratamento de dados, que inclui, entre outras, as seguintes obrigações: aplicar medidas técnicas e organizacionais adequadas; tratar os dados pessoais para os fins acordados e respondendo exclusivamente às instruções documentadas do [...]; e apagar ou devolver os dados pessoais ao [...] após a conclusão dos serviços.

1.5 Conservação dos Dados Pessoais

Em conformidade com as políticas aplicáveis no que diz respeito à conservação dos dados e/ou à legislação em vigor, informamos que os seus dados pessoais serão conservados durante o período considerado necessário para os fins para os quais foram recolhidos, bem como pelo período de tempo estritamente necessário para o cumprimento de obrigações legais.

1.6 Direitos dos titulares dos dados

De acordo com a legislação de proteção de dados aplicável, poderá exercer o direito de:

- (i) Solicitar o acesso aos seus dados pessoais;
- (ii) Solicitar a retificação dos seus dados pessoais;

- (iii) Solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais;
- (iv) Solicitar a portabilidade dos dados;
- (v) Opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais

Bem como o direito de apresentar uma reclamação junto da autoridade competente de supervisão da proteção de dados (www.cnpd.pt).

Para exercer os direitos referidos, ou retirar os consentimentos prestados, o Utilizador pode contactar o [...] através do envio e um email para [...], indicando como referência "Proteção de Dados".

Poderá consultar com maior detalhe o Regulamento/Manual Interno da [...] / Política de Privacidade para mais informações relativamente aos seus dados pessoais, através de [indicar expressamente a forma de como é prestada a informação adicional].

Tomei conhecimento e aceito integralmente em nome e representação do menor.

_____ de 2018



FORMULÁRIO DE PEDIDO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO

Cláusula sobre Dados Pessoais para inserir em Formulário de Suspensão de inscrição

1.1 Responsável pelo Tratamento e Encarregado de Proteção de Dados

Identificação do Responsável pelo Tratamento

Morada:

Telefone:

E-mail:

Identificação do Encarregado de Proteção de Dados

Morada:

Telefone:

E-mail:

1.2 Finalidade do tratamento

Os dados pessoais irão ser tratados para efeitos de gestão do pedido de suspensão da inscrição no [...].

1.3 Fundamento jurídico para o tratamento dos dados pessoais

O fundamento jurídico para o tratamento dos seus dados pessoais aqui em causa é:

- i. Execução contratual;
- ii. No caso dos dados de saúde constante de atestado médico, o seu consentimento.

O consentimento pode ser retirado a qualquer momento, sem que tal, no entanto torne ilegítimo o tratamento de dados pessoais realizado com base nesse consentimento até à data em que o mesmo seja retirado.

A retirada do consentimento não tem qualquer consequência, com exceção da não suspensão da sua inscrição no [...], quando estejam em causa motivos relacionados com os seus dados de saúde.

1.4 Destinatários dos seus dados pessoais

O [...] poderá contratar prestadores de serviços externos, que atuam como subcontratantes, para lhe prestar serviços em diferentes áreas (por exemplo, serviços de comunicações).

Neste sentido, o [...] segue critérios rigorosos na seleção de prestadores de serviços, a fim de cumprir com as suas obrigações de proteção de dados, comprometendo-se a subscrever com os mesmos um acordo de tratamento de dados, que inclui, entre outras, as seguintes obrigações: aplicar medidas técnicas e organizacionais adequadas; tratar os dados pessoais para os fins acordados e respondendo exclusivamente às instruções documentadas da [...]; e apagar ou devolver os dados pessoais ao [...] após a conclusão dos serviços.

1.5 Conservação dos Dados Pessoais

Em conformidade com as políticas aplicáveis no que diz respeito à conservação dos dados e/ou à legislação em vigor, informamos que os seus dados pessoais serão conservados durante o período considerado necessário para os fins para os quais foram recolhidos, bem como pelo período de tempo estritamente necessário para o cumprimento de obrigações legais.

Relativamente aos dados de saúde constantes do atestado médico, estes serão conservados até que retire o seu consentimento, momento a partir do qual iremos cessar o tratamento dos seus dados pessoais, exceto se se nos encontrarmos obrigados a conservados os dados pessoais em causa para efeito de cumprimento de obrigações legais.

2.6 Direitos dos titulares dos dados

De acordo com a legislação de proteção de dados aplicável, poderá exercer o direito de:

- (vi) Solicitar o acesso aos seus dados pessoais;
- (vii) Solicitar a retificação dos seus dados pessoais;
- (viii) Solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais;
- (ix) Solicitar a portabilidade dos dados;
- (x) Opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais

Bem como o direito de apresentar uma reclamação junto da autoridade competente de supervisão da proteção de dados (www.cnpd.pt).

Para exercer os direitos referidos, ou retirar os consentimentos prestados, o Utilizador pode contactar o [...] através do envio e um email para [...], indicando como referência "Proteção de Dados".

Poderá consultar com maior detalhe o Regulamento/Manual Interno do [...] / Política de Privacidade para mais informações relativamente aos seus dados pessoais, através de [indicar expressamente a forma de como é prestada a informação adicional].

Presto o meu consentimento para o tratamento de dados de saúde para suspensão da minha inscrição:

Consinto ☐

Não consinto ☐*

*Caso não preste o seu consentimento para esta finalidade, não poderemos processar o seu pedido de suspensão da inscrição, por motivos de saúde.

Data:

Assinatura:



FORMULÁRIO DE PEDIDO DE CANCELAMENTO DO CONTRATO

Cláusula sobre Dados Pessoais para inserir em Formulário de Cancelamento de inscrição

1.1 Responsável pelo Tratamento e Encarregado de Proteção de Dados

Identificação do Responsável pelo Tratamento

Morada:

Telefone:

E-mail:

Identificação do Encarregado de Proteção de Dados

Morada:

Telefone:

E-mail:

1.2 Finalidade do tratamento

Os dados pessoais irão ser tratados para efeitos de gestão do pedido de cancelamento da inscrição no [...].

1.3 Fundamento jurídico para o tratamento dos dados pessoais

O fundamento jurídico para o tratamento dos seus dados pessoais aqui em causa é:

- iii. Execução contratual;
- iv. No caso dos seus dados de saúde constante de atestado médico, o seu consentimento.

O consentimento pode ser retirado a qualquer momento, sem que tal, no entanto torne ilegítimo o tratamento de Dados Pessoais realizado com base nesse consentimento até à data em que o mesmo seja retirado.

A retirada do consentimento não tem qualquer consequência, com exceção do não cancelamento da sua inscrição no [...], quando estejam em causa motivos relacionados com os seus dados de saúde.

1.4 Destinatários dos seus dados pessoais

O [...] poderá contratar prestadores de serviços externos, que atuam como subcontratantes, para lhe prestar serviços em diferentes áreas (por exemplo, serviços de comunicações).

Neste sentido, o [...] segue critérios rigorosos na seleção de prestadores de serviços, a fim de cumprir com as suas obrigações de proteção de dados, comprometendo-se a subscrever com os mesmos um acordo de tratamento de dados, que inclui, entre outras, as seguintes obrigações: aplicar medidas técnicas e organizacionais adequadas; tratar os dados pessoais para os fins acordados e respondendo exclusivamente às instruções documentadas do [...]; e apagar ou devolver os dados pessoais à [...] após a conclusão dos serviços.

1.5 Conservação dos Dados Pessoais

Em conformidade com as políticas aplicáveis no que diz respeito à conservação dos dados e/ou à legislação em vigor, informamos que os seus dados pessoais serão conservados durante o período considerado necessário para os fins para os quais foram recolhidos, bem como pelo período de tempo estritamente necessário para o cumprimento de obrigações legais.

Relativamente aos dados de saúde constantes do atestado médico, estes serão conservados até que retire o seu consentimento, momento a partir do qual iremos cessar o tratamento dos seus dados pessoais, exceto se se nos encontrarmos obrigados a conservados os dados pessoais em causa para efeito de cumprimento de obrigações legais.

2.6 Direitos dos titulares dos dados

De acordo com a legislação de proteção de dados aplicável, poderá exercer o direito de:

- (xi) Solicitar o acesso aos seus dados pessoais;
- (xii) Solicitar a retificação dos seus dados pessoais;
- (xiii) Solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais;
- (xiv) Solicitar a portabilidade dos dados;
- (xv) Opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais

Bem como o direito de apresentar uma reclamação junto da autoridade competente de supervisão da proteção de dados (www.cnpd.pt).

Para exercer os direitos referidos, ou retirar os consentimentos prestados, o Utilizador pode contactar o [...] através do envio e um email para [...], indicando como referência "Proteção de Dados".

Poderá consultar com maior detalhe o Regulamento/Manual Interno do [...] / Política de Privacidade para mais informações relativamente aos seus dados pessoais, através de [indicar expressamente a forma de como é prestada a informação adicional].

Presto o meu consentimento para o tratamento de dados de saúde para cancelamento da minha inscrição:

Consinto ☐

Não consinto ☐*

*Caso não preste o seu consentimento para esta finalidade, não poderemos processar o seu pedido de cancelamento da inscrição, por motivos de saúde.

Data:

Assinatura:



**FORMULÁRIO PARA ANGARIAÇÃO DE
CLIENTELA
(WALK IN; RUA; PÁGINA DO FACEBOOK,
ETC)**

**INFORMAÇÃO BÁSICA A CONSTAR DO FORMULÁRIO DE ANGARIAÇÃO DE
CLIENTELA**

Tratamento de Dados Pessoais para Referências

1.1 Responsável pelo Tratamento e Encarregado de Proteção de Dados

Identificação do Responsável pelo Tratamento

Morada:

Telefone:

E-mail:

Identificação do Encarregado de Proteção de Dados

Morada:

Telefone:

E-mail:

1.2 Finalidade do tratamento

Os dados pessoais irão ser tratados com as seguintes finalidades:

- i. Gestão dos seus contactos para lhe conceder a oportunidade de experimentar os serviços do [...]
- ii. Gestão dos seus contactos para lhe conceder privilégios como potencial sócio do [...].

1.3 Fundamento jurídico para o tratamento dos dados pessoais

O fundamento jurídico para o tratamento dos dados pessoais aqui em causa é:

- i. O interesse legítimo do [...] em conceder-lhe a oportunidade de experimentar o ginásio [...] e conceder-lhe privilégios como potencial sócio do [...];
- ii. Diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados.

1.4 Destinatários dos seus dados pessoais

O [...] poderá contratar prestadores de serviços externos, que atuam como subcontratantes, para lhe prestar serviços em diferentes áreas (por exemplo, serviços de comunicações).

Neste sentido, o [...] segue critérios rigorosos na seleção de prestadores de serviços, a fim de cumprir com as suas obrigações de proteção de dados, comprometendo-se a subscrever com os mesmos um acordo de tratamento de dados, que inclui, entre outras, as seguintes obrigações: aplicar medidas técnicas e organizacionais adequadas; tratar os dados pessoais para os fins acordados e respondendo exclusivamente às instruções documentadas do [...]; e apagar ou devolver os dados pessoais ao [...] após a conclusão dos serviços.

1.5 Conservação dos Dados Pessoais

Em conformidade com as políticas aplicáveis no que diz respeito à conservação dos dados e/ou à legislação em vigor, informamos que os seus dados pessoais serão conservados durante o período considerado necessário para os fins para os quais foram recolhidos, bem como pelo período de tempo estritamente necessário para o cumprimento de obrigações legais.

1.6 Direitos dos titulares dos dados

De acordo com a legislação de proteção de dados aplicável, poderá exercer o direito de:

- (xvi) Solicitar o acesso aos seus dados pessoais;
- (xvii) Solicitar a retificação dos seus dados pessoais;
- (xviii) Solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais;
- (xix) Solicitar a portabilidade dos dados;
- (xx) Opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais



Bem como o direito de apresentar uma reclamação junto da autoridade competente de supervisão da proteção de dados (www.cnpd.pt).

Para exercer os direitos referidos, ou retirar os consentimentos prestados, o Utilizador pode contactar o [...] através do envio e um email para [...], indicando como referência "Proteção de Dados".

Poderá consultar com maior detalhe o Regulamento/Manual Interno do [...] / Política de Privacidade para mais informações relativamente aos seus dados pessoais, através de [indicar expressamente a forma de como é prestada a informação adicional].

Assinatura do utente

Data

DÉBITO DIRETO

INFORMAÇÃO BÁSICA A CONSTAR DO FINAL DO DOCUMENTO FORNECIDO
AO CLIENTE PARA PREENCHIMENTO DE DADOS BANCÁRIOS, EM VISTA DO
PAGAMENTO NA MODALIDADE DE DÉBITO DIRETO

[...]

Tratamento de dados Pessoais para efeitos de Débito Direto

1.1 Responsável pelo Tratamento e Encarregado de Proteção de Dados

Identificação do Responsável pelo Tratamento

Morada:

Telefone:

E-mail:

Identificação do Encarregado de Proteção de Dados

Morada:

Telefone:

E-mail:

1.2 Finalidade do tratamento

Os dados pessoais recolhidos serão tratados com a finalidade de permitir o pagamento das importâncias que forem devidas através de débito direto em conta.

1.3 Fundamento jurídico para o tratamento dos dados pessoais

Os dados pessoais aqui em causa serão tratados com fundamento na execução da relação contratual estabelecida entre o [...] e o titular dos dados.

1.4 Destinatários dos seus dados pessoais

O [...] poderá contratar prestadores de serviços externos, que atuam como subcontratantes, para lhe prestar serviços em diferentes áreas (por exemplo, serviços de comunicações).

Neste sentido, o [...] segue critérios rigorosos na seleção de prestadores de serviços, a fim de cumprir com as suas obrigações de proteção de dados, comprometendo-se a subscrever com os mesmos um acordo de tratamento de dados, que inclui, entre outras, as seguintes obrigações: aplicar medidas técnicas e organizacionais adequadas; tratar os dados pessoais para os fins acordados e respondendo exclusivamente às instruções documentadas do [...]; e apagar ou devolver os dados pessoais ao [...] após a conclusão dos serviços.

1.5 Conservação dos Dados Pessoais

Em conformidade com as políticas aplicáveis no que diz respeito à conservação dos dados e/ou à legislação em vigor, informamos que os seus dados pessoais serão conservados durante o período considerado necessário para os fins para os quais foram recolhidos, bem como pelo período de tempo estritamente necessário para o cumprimento de obrigações legais.

1.6 Direitos dos titulares dos dados

De acordo com a legislação de proteção de dados aplicável, poderá exercer o direito de:

(xxi) Solicitar o acesso aos seus dados pessoais;

- (xxii) Solicitar a retificação dos seus dados pessoais;
- (xxiii) Solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais;
- (xxiv) Solicitar a portabilidade dos dados;
- (xxv) Opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais

Bem como o direito de apresentar uma reclamação junto da autoridade competente de supervisão da proteção de dados (www.cnpd.pt).

Para exercer os direitos referidos, ou retirar os consentimentos prestados, o Utilizador pode contactar o [...] através do envio e um email para [...], indicando como referência "Proteção de Dados".

Poderá consultar com maior detalhe o Regulamento/Manual Interno do [...] / Política de Privacidade para mais informações relativamente aos seus dados pessoais, através de [indicar expressamente a forma de como é prestada a informação adicional].

NOTA: Caso o Ginásio preste outros serviços, que não apenas de natureza desportiva, designadamente cuidados de saúde (fisioterapia, nutrição, etc) deverá existir um formulário próprio, contendo idêntica Informação Básica.



ACORDO DE SUBCONTRATAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ACORDO DE SUBCONTRATAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

ENTRE

[...], (doravante, o “SUBCONTRATANTE”), com identificação fiscal [...] e sede em [...], Lisboa, neste ato representado por [...], NIF [...].

E

[...], com sede [...], (“[...]”) (doravante, o “RESPONSÁVEL”), com identificação fiscal [...], neste ato representada por [...], NIF [...].

Doravante, conjuntamente ser designados por “**Partes**” e, cada um deles, individualmente, designados como “**Parte**”.

As Partes reconhecem mutuamente que a outra parte tem legitimidade e capacidade jurídica para celebrar o presente **acordo de subcontratação de dados pessoais** (doravante, o “**Acordo**”) e, para esse efeito,

DECLARAM QUE

I- Considerando que o Responsável dedica-se à atividade de gestão de instalações desportivas;

II- Considerando que o Subcontratante disponibiliza serviços de [...];

III- Considerando que, como consequência da prestação dos serviços que constam do **Anexo I** ao Responsável (doravante, “Serviço” ou “Serviços”), o Subcontratante poderá aceder e tratar determinados dados pessoais que são da titularidade e responsabilidade do Responsável;

IV- De ora em diante, a fim de cumprir com a legislação sobre proteção dos dados pessoais e, em especial, com o Regulamento da UE n.º 2016/769 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva n.º 95/46 / CE (doravante, “RGPD”), as Partes concordam em celebrar o presente Acordo nos seguintes termos:

TERMOS

1. Objeto.

O objeto do presente Acordo é definir as condições em que o SUBCONTRATANTE deve tratar os dados pessoais necessários para disponibilizar o serviço contratado pelo RESPONSÁVEL, de acordo com o previsto pelo artigo 28.º do RGPD e demais legislação aplicável.

2. Obrigações do SUBCONTRATANTE.

O SUBCONTRATANTE deve tratar os dados pessoais decorrentes da prestação do serviço contratado de acordo com as seguintes obrigações:

- Deve limitar as suas atividades às necessárias para prestar ao Responsável, os Serviços contratados, de acordo com estabelecido no

presente Acordo e respetivos anexos, sendo estes entendidos como parte integrante daquele;

- Deve sempre tratar os dados pessoais de acordo com as instruções documentadas do RESPONSÁVEL e conforme previsto nas leis de proteção de dados pessoais aplicáveis, incluindo no que diz respeito à transferência de dados pessoais para países terceiros ou para organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo Direito da União Europeia ou dos Estados-Membros a que o SUBCONTRATANTE está sujeito, informando nesse caso, o RESPONSÁVEL desse requisito jurídico antes do tratamento;
- Se considerar qualquer das instruções contrárias ao RGPD ou ao abrigo do Direito da União Europeia ou dos Estados-Membros, deve informar o RESPONSÁVEL imediatamente;
- Não deve tratar quaisquer outros dados pessoais ou aplicar ou utilizar os dados pessoais para qualquer outra finalidade para além da prestação dos serviços, nem os utilizar para as suas próprias finalidades;
- Deve disponibilizar a necessária formação em proteção de dados pessoais ao pessoal autorizado a tratar dados pessoais;
- Deve manter um registo escrito de todas as atividades de tratamento de dados pessoais que realiza, contendo:

- o O nome e os dados de contato do RESPONSÁVEL e do SUBCONTRATANTE e, conforme o caso, dos representantes do RESPONSÁVEL e do SUBCONTRATANTE, e, se necessário, do encarregado de proteção de dados;
 - o Estabelecimento de categorias de tratamento por cada GESTOR DE TRATAMENTO;
 - o Transferência de dados pessoais para países terceiros ou para organizações internacionais, conforme o caso, incluindo o nome do país ou da organização internacional e documentação que contenha garantias adequadas;
 - o Uma descrição geral das medidas de segurança técnicas e organizativas em relação a:
 - A pseudonimização e cifragem de dados pessoais;
 - A capacidade de garantir confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e serviços de tratamento;
 - A capacidade de restaurar rapidamente a disponibilidade e o acesso a dados pessoais no caso de um incidente físico ou técnico;
 - O processo de verificação, avaliação e análise regulares da eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança durante o tratamento.
- Deve comprometer-se a implementar, em devido tempo e forma, as medidas de segurança técnicas e organizativas que são especificadas no Acordo e no seu respetivo **Anexo II**;

- Deve comprometer-se a manter sob o seu controlo e tutela os dados pessoais disponibilizados pelo RESPONSÁVEL e a que teve acesso durante a prestação do serviço e, não deve divulgar, transferir ou por qualquer outra forma comunicar os dados pessoais a quaisquer outras pessoas, nem mesmo para a finalidade de conservação;
- No caso de ter de transferir dados pessoais para outro país ou para uma organização internacional, ao abrigo do Direito da União Europeia ou dos Estados-Membros que lhe seja aplicável, deve informar previamente o RESPONSÁVEL do referido requisito legal, exceto se a lei o proibir devido a motivos importantes de interesse público;
- Deve disponibilizar suporte ao RESPONSÁVEL na implementação de avaliações de impacto sobre dados pessoais, quando necessário;
- Deve apoiar o RESPONSÁVEL na realização de consultas prévias junto das autoridades de controlo, quando necessário;
- Deve disponibilizar ao RESPONSÁVEL todas as informações necessárias para provar que cumpriu com as suas obrigações, bem como permitir e cooperar ativamente em auditorias ou inspeções, conforme detalhado na Cláusula 4;
- Quando necessário, deve designar previamente um encarregado de proteção de dados e comunicar o nome e dados de contato dessa pessoa ao RESPONSÁVEL.

3. Segurança do tratamento.

O SUBCONTRATANTE deve implementar as medidas de segurança e os mecanismos previstos no artigo 32.º do RGPD para:

- Garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento.
- Restabelecer a disponibilidade e acesso aos dados pessoais, de forma rápida em caso de incidente físico ou técnico.
- Verificar, avaliar e analisar de forma regular a eficácia das medidas técnicas e organizativas implementadas para garantir a segurança no tratamento.
- Pseudonimizar e cifrar os dados pessoais, conforme necessário.

Da mesma forma, o SUBCONTRATANTE deve adotar todas aquelas medidas técnicas e organizativas consideradas necessárias pelo RESPONSÁVEL, à luz da análise realizada por este último para garantir um nível adequado de segurança, considerando as técnicas mais avançadas e os custos de aplicação em relação aos riscos e natureza dos dados pessoais a proteger. Tais medidas são incorporados a este Acordo, no **Anexo II**.

Com a assinatura do presente acordo o SUBCONTRATANTE manifesta e compreende as medidas técnicas e organizativas estabelecidas no **Anexo II**, sendo obrigado a implementá-las em devido tempo e forma.

4. Auditoria

4.1 Pedido de auditoria

Para as finalidades de verificação do nível de cumprimento pelo SUBCONTRATANTE com os termos estabelecidos na legislação aplicável e no presente Acordo, o RESPONSÁVEL pode solicitar a realização de auditorias, sozinho ou através de um auditor independente autorizado pelo RESPONSÁVEL.

4.2 Notificação de auditoria

O RESPONSÁVEL deve notificar o SUBCONTRATANTE, por qualquer canal, para realizar tais auditorias pelo menos cinco (5) dias úteis antes da data de auditoria prevista.

4.3 Pedidos de informação

O RESPONSÁVEL pode solicitar ao SUBCONTRATANTE as informações necessárias para avaliar o seu nível de cumprimento, e, em particular, prova da conformidade com (i) as disposições da legislação aplicável ao Acordo, assim como, com (ii) as medidas de segurança exigidas pelo mesmo.

A título de exemplo, e sem limite, a pedido do RESPONSÁVEL o SUBCONTRATANTE deve apresentar a seguinte informação/documentação:

- Certificados devidamente atualizados previstos no artigo 42.º do RGPD, no caso de estes serem obtidos de acordo com o estabelecido no **Anexo I** do presente Acordo, e a submissão dos

relatórios de auditoria de que é obrigado a apresentar de acordo com os referidos certificados;

- Caso o SUBCONTRATANTE tenha declarado a sua adesão a códigos de conduta, os dados relativos a essa adesão;
- Certificados e normas detidas pelo SUBCONTRATANTE em relação à segurança da informação;
- Relatórios de auditoria internos ou externos, preparados pelo SUBCONTRATANTE em matéria de proteção de dados pessoais e/ou de segurança da informação;
- Protocolos, políticas, manuais e procedimentos que regulem atividades de tratamento de dados pessoais do SUBCONTRATANTE;
- Uma lista especificando os controlos e indicadores aplicados nos sistemas de informação utilizados pelo SUBCONTRATANTE.

4.4 Dever de colaboração

O SUBCONTRATANTE deve cooperar de forma diligente e a facilitar o acesso e obtenção às/das informações necessárias em resposta às necessidades do RESPONSÁVEL. As provas e documentação obtidas durante a auditoria devem ser armazenadas num repositório da

propriedade do SUBCONTRATANTE por forma a assegurar a não divulgação e a segurança da informação, de acordo com o atual estado da técnica.

4.5 Resultado da auditoria

Se, em consequência da auditoria, o RESPONSÁVEL detetar alguma violação, nos termos da legislação vigente e nos termos do presente Acordo, poderá, se assim entender, e de acordo com a gravidade da violação:

- Solicitar ao SUBCONTRATANTE a retificação imediata da violação detetada através da preparação de um plano de correção que deve ser implementado dentro de um determinado período de tempo mas não superior a um mês, e o SUBCONTRATANTE deve disponibilizar ao RESPONSÁVEL prova que evidencie a resolução da mesma;
- Proceder à rescisão antecipada do serviço, tal como estabelecido no **Anexo I**, cujos tratamentos de dados pessoais sejam afetados pela violação detetada. Neste caso, o SUBCONTRATANTE deve compensar o RESPONSÁVEL na parte proporcional relativamente aos valores recebidos por todos os serviços não efetivamente prestados.

5. **Notificação de violações de segurança sobre dados pessoais**

O SUBCONTRATANTE deve informar o RESPONSÁVEL sem demora injustificada e, em qualquer caso, no prazo de 24 horas, de quaisquer violações de segurança sobre dados pessoais da sua responsabilidade que

tome conhecimento, incluindo informações relevantes para documentar e reportar o incidente.

Se tiver conhecimento, o SUBCONTRATANTE deve disponibilizar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Uma descrição da natureza da violação de segurança de dados pessoais, incluindo, se possível, as categorias e número aproximado de titulares de dados pessoais afetados, bem como as categorias e o número aproximado de registos de dados pessoais em causa;
- b) O nome e os contactos do encarregado da proteção de dados ou de outro ponto de contacto onde possam ser obtidas mais informações;
- c) Uma descrição das consequências prováveis da violação de dados pessoais;
- d) Uma descrição das medidas adotadas ou propostas para reparar a violação de dados pessoais, inclusive, se for caso disso, medidas para atenuar os seus eventuais efeitos negativos.

Caso não seja possível fornecer todas as informações simultaneamente, a informação deverá ser disponibilizada por fases e sem demora injustificada, e em qualquer caso, no prazo de 24 horas.

6. Dever de confidencialidade

A obrigação de confidencialidade decorrente deste Acordo é obrigatória para o SUBCONTRATANTE durante o prazo do Acordo e deverá, dependendo do tipo de informação em causa, ser estendida pelos prazos máximos previstos na lei.

O SUBCONTRATANTE assegura que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade ou assumiram um compromisso expresso e escrito de respeitar a confidencialidade e de cumprir todas as respetivas medidas de segurança que o RESPONSÁVEL venha a promover.

Por Pessoa autorizada entende-se qualquer pessoa que, sem prejuízo da relação jurídica com o SUBCONTRATANTE, tenha, por qualquer meio, acesso aos dados pessoais objeto de tratamento.

O SUBCONTRATANTE deverá disponibilizar ao RESPONSÁVEL documentação que prove a conformidade com a obrigação estabelecida nos pontos anteriores.

7. Obrigação de devolver ou destruir os dados pessoais

O SUBCONTRATANTE compromete-se a destruir ou devolver (conforme o acordado entre as partes, nos termos do estabelecido no **Anexo I**) todas as informações com dados pessoais transmitidos pelo RESPONSÁVEL para o SUBCONTRATANTE por ocasião da prestação do Serviço.

A devolução implica a entrega ou a disponibilização dos dados pessoais tratados num formato de uso corrente, para que depois dessa devolução o



RESPONSÁVEL não tenha qualquer dependência dos sistemas ou das ferramentas do SUBCONTRATANTE.

Pelo contrário, a destruição implica que o SUBCONTRATANTE adote as medidas físicas e lógicas adequadas a garantir que os dados pessoais incluídos nos diferentes meios sejam irrecuperáveis.

Não obstante, o SUBCONTRATANTE poderá manter os dados pessoais tratados e informação devidamente bloqueados, em caso de qualquer responsabilidade decorrente da sua relação com o RESPONSÁVEL.

Tendo ocorrido o prazo de prescrição para as ações que dão origem à conservação de dados pessoais, o SUBCONTRATANTE deve destruir os dados pessoais pela forma estabelecida nos pontos anteriores.

8. Acordos de Subcontratação

O SUBCONTRATANTE não pode subcontratar qualquer dos serviços incluídos no objeto do presente Acordo que envolvam o tratamento de dados pessoais, exceto com o consentimento prévio, expresso e outorgado por escrito do RESPONSÁVEL.

Se for necessário subcontratar qualquer tratamento, o SUBCONTRATANTE deve primeiro comunicar por escrito ao RESPONSÁVEL, indicando o tratamento a ser subcontratado e identificando de forma clara e inequívoca o subcontratante subsequente e os seus dados de contato.

No caso de ser autorizado, o subcontratante subsequente, que também deve ser considerado SUBCONTRATANTE, deve igualmente cumprir com as obrigações estabelecidas no presente Acordo com o SUBCONTRATANTE e com as instruções emitidas pelo RESPONSÁVEL. O SUBCONTRATANTE inicial é responsável por regular a nova relação, nos termos do artigo 28.º do RGPD, de modo a que o subcontratante subsequente fique sujeito às mesmas condições (instruções, obrigações, medidas de segurança, etc.) e aos mesmos requisitos formais como sejam, o adequado tratamento dos dados pessoais e o garantir os direitos dos titulares.

Em caso de violação por parte do subcontratante subsequente do cumprimento de alguma das obrigações, o SUBCONTRATANTE inicial é totalmente responsável perante o RESPONSÁVEL.

9. Direitos dos titulares

O SUBCONTRATANTE deve ajudar o RESPONSÁVEL a dar resposta ao exercício dos direitos dos titulares (direitos de acesso, retificação, apagamento, oposição, limitação de tratamento, portabilidade de dados pessoais e a não ser objeto de decisões individuais automatizadas).

A este respeito, o SUBCONTRATANTE deve comunicar imediatamente o pedido ao RESPONSÁVEL, o mais tardar três dias após a sua receção, de modo a que o RESPONSÁVEL possa enviar uma resposta a esse mesmo pedido.

10. Obrigações do responsável pelo tratamento

O RESPONSÁVEL encontra-se obrigado a:

- Entregar os dados pessoais a serem tratados e sujeitos aos termos deste Acordo ao SUBCONTRATANTE;
- Se necessário, realizar uma avaliação do impacto sobre dados pessoais das operações de tratamento a ser realizado pelo SUBCONTRATANTE;
- Realizar todas as consultas prévias necessárias;
- Antes e durante toda operação de tratamento, assegurar de que o SUBCONTRATANTE está em conformidade com o RGPD;
- Supervisionar o tratamento, incluindo a realização de inspeções e de auditorias.

11. Responsabilidades.

O SUBCONTRATANTE compromete-se a cumprir com as obrigações estabelecidas no presente Acordo e na legislação vigente, em conexão com este serviço de tratamento atribuído.

Nos termos do artigo 28.º, n.º 10 do RGPD e demais legislação sobre proteção de dados pessoais, se o SUBCONTRATANTE violar os termos do RGPD na determinação das finalidades e dos meios de tratamento, deve ser considerado responsável pelo tratamento, no que respeita ao tratamento em questão.

12. A proteção dos dados pessoais dos representantes das partes.



Os dados pessoais de representantes das Partes são tratados, respetivamente, pelas entidades identificadas na primeira página, que atuam de forma independente, como partes responsáveis pelo respetivo tratamento. Esses dados pessoais são tratados de acordo com os direitos e obrigações estabelecidos no presente Acordo, sem que sejam tomadas decisões automatizadas que possam afetar esses representantes. Assim, o fundamento jurídico do tratamento é cumprir essa relação contratual, sendo esta finalidade estritamente necessária para executar este Acordo.

Os dados pessoais são conservados durante o período da relação contratual aqui estabelecido e só podem ser tratados pelas partes e por terceiros que sejam legalmente ou contratualmente obrigados à sua comunicação (como é o caso de terceiros prestadores de serviços a quem se tenha confiado qualquer serviço relacionado com a gestão ou execução do Acordo).

Os representantes das partes podem, nos termos estabelecidos pela lei atual, exercer os seus direitos de acesso, retificação e apagamento dos dados pessoais e estabelecer limitações sobre o tratamento dos seus dados pessoais ou solicitar a portabilidade dos seus dados pessoais a cada uma das Partes, por escrito para as moradas especificadas na primeira página deste documento.

Em determinadas circunstâncias e por motivos relacionados com a sua situação em particular, os representantes das partes poderão opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais. Neste caso, as partes cessarão o tratamento dos dados pessoais, a não ser que se apresentem razões

imperiosas e legítimas para esse tratamento ou esteja em causa a defesa de um direito num processo judicial.

Caso não estejam satisfeitos com o serviço recebido das Partes, após o prévio exercício de qualquer dos direitos acima referidos, podem apresentar uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados ou a qualquer outra autoridade competente.

Os representantes das partes podem entrar em contato com o encarregado de proteção de dados do [...], enviando um email para: [...]

14. Acordo e alterações

14.1 Este Acordo e os seus respetivos anexos constituem o acordo completo celebrado entre as partes e em relação ao seu objeto, substitui todos os anteriores e presentes acordos e negociações.

14.2 Este Acordo só pode ser alterado por meio de documento escrito e assinado pelas partes.

15. Lei Aplicável e Jurisdição

15.1 O presente Acordo é regido e interpretado de acordo com a lei portuguesa.

15.2 Para a resolução de todas as questões e controvérsias que possam surgir em relação a este acordo, as partes submetem-se à jurisdição do foro da comarca de Lisboa Oeste, renunciando a sua própria jurisdição que por lei lhes possa corresponder.

16. Entrada em vigor



Este Acordo entra em vigor na data da sua assinatura e permanecerá em vigor até que as obrigações estabelecidas no presente Acordo sejam cumpridas e independentemente de qualquer outra obrigação legal aplicável às Partes após o termo da sua relação.

As partes assinam, na data e local acima indicados, o presente Acordo em duplicado como prova de sua intenção de se comprometer.

RESPONSÁVEL

Nome (em maiúsculas)

Nome (em maiúsculas)

Função / Cargo

Função / Cargo

Lugar / Data

Lugar / Data

Assinatura

Assinatura

SUBCONTRATANTE

Nome (em maiúsculas)

Nome (em maiúsculas))



Função / Cargo

Função / Cargo

Lugar / Data

Lugar / Data

Assinatura

Assinatura

ANEXO I

Finalidade do tratamento

OBJETO DO TRATAMENTO			
0	As partes que assinam o presente anexo são as mesmas partes que subscreveram o Contrato (Acordo de Subcontratação)	<input type="checkbox"/> Sim	
		<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim
			<input type="checkbox"/> Não
			<p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
1	Sujeição ao Contrato	As partes sujeitam às condições previstas no Acordo de Subcontratação, o tratamento de dados pessoais que o SUBCONTRATANTE realize como resultado da execução dos serviços detalhados no Anexo I , bem como à determinação das obrigações complementares aqui previstas.	
2	Principais atividades do SUBCONTRATANTE:	[...]	
3	Serviços prestados pelo SUBCONTRATANTE:	[...]	
4	A validade deste Acordo de Subcontratação está sujeita a um contrato celebrado entre as partes ou a uma única nota de encomenda.	<input type="checkbox"/> Sim	Indicar:
		<input type="checkbox"/> Não	Indicar:

5	Em caso de rescisão do acordo, o SUBCONTRATANTE compromete-se a:	<input type="checkbox"/> Destruir a informação que contém dados pessoais. <input type="checkbox"/> Devolver as informações que contenham dados pessoais. <i>Com o acima, de acordo com as disposições estabelecidas na Cláusula 8 do Acordo.</i>	
6	A adesão a códigos de conduta / Mecanismo de Certificação:	<input type="checkbox"/> Sim	<p>O SUBCONTRATANTE declara ter aderido a [...], o que demonstra a existência de garantias suficientes para assegurar a segurança das informações tratadas e os direitos dos titulares em causa.</p> <p>O SUBCONTRATANTE disponibilizou ao RESPONSÁVEL a documentação de apoio que prova o estabelecido no parágrafo anterior.</p>
		<input type="checkbox"/> Não	
DADOS A SEREM TRATADOS			
7	Tipo de dados pessoais a serem tratados	CATEGORIAS	
		EXEMPLOS	
	Dados de Clientes do Responsável	<input type="checkbox"/> Os dados relativos aos colaboradores e à organização	<p>Nome e apelido, sexo, morada, email, número fixo ou telemóvel, empresa do grupo, departamento, centro de custos, responsabilidades, número pessoal, funções, presença (sim / não), etc.</p>
DADOS A SEREM TRATADOS			

8	Tratamento a ser realizado	<input type="checkbox"/>	Rec olha	<input type="checkbox"/>	Divulgação por transmissã o
		<input type="checkbox"/>	Reg isto	<input type="checkbox"/>	Difusão
		<input type="checkbox"/>	Org aniz açã o	<input type="checkbox"/>	Qualquer outra forma de disponibiliz ação
		<input type="checkbox"/>	Estr utur açã o	<input type="checkbox"/>	Comparaç ão
		<input type="checkbox"/>	Con serv açã o	<input type="checkbox"/>	Interconex ão
		<input type="checkbox"/>	Ada ptaç ão	<input type="checkbox"/>	Limitação
		<input type="checkbox"/>	Alte raçã o	<input type="checkbox"/>	Apagamen to
		<input type="checkbox"/>	Rec upe raçã o	<input type="checkbox"/>	Destruição
		<input type="checkbox"/>	Con sult a	<input type="checkbox"/>	De outros:
		<input type="checkbox"/>	Utili zaç ão		
9	Finalidade do tratamento	<input type="checkbox"/>			
		<input type="checkbox"/>	[...]		

		<input type="checkbox"/>	[...]	
		<input type="checkbox"/>	[...]	
		<input type="checkbox"/>	[...]	
		<input type="checkbox"/>	[...]	
		<input type="checkbox"/>	[...]	
		<input type="checkbox"/>	Outros:	
1	Classificação de tratamento	<input type="checkbox"/>	Interno	Consiste no menor nível de medidas de segurança, de acordo com a classificação realizada pelo [...].
0		<input type="checkbox"/>	Confidencial	Consiste no nível intermédio das medidas de segurança, de acordo com a classificação realizada pelo [...].

		<input type="checkbox"/>	Secreto	Consiste no nível mais elevado das medidas de segurança, de acordo com a classificação realizada pelo [...].
--	--	--------------------------	----------------	--

ANEXO II

MEDIDAS DE SEGURANÇA

**Medidas técnicas e organizacionais nos termos do número 3 da
presente Adenda**

[...]



CONTRATOS COM COLABORADORES

ADITAMENTOS A CONTRATOS DE TRABALHO: MODELO A (MAIS
SIMPLIFICADO)

CLÁUSULA [...]

1. O **TRABALHADOR** declara ter conhecimento e não se opor à presença e utilização por parte do [...] de meios de vigilância à distância no local de trabalho, nomeadamente câmaras de vigilância instaladas na entrada do estabelecimento e nos corredores, para fins de proteção e segurança de pessoas e bens.

2. O **TRABALHADOR** tem igualmente conhecimento da existência e declara consentir na utilização por parte do [...] de meios de controlo e registo de entrada e saída do trabalhador na empresa e/ou no local de trabalho, bem como da elaboração por parte desta de listas individualizadas relativas aos registos mencionados.

CLÁUSULA [...]

1. Com o objetivo de facilitar a realização das atividades relacionadas com a execução do presente Contrato e a fim de dar cumprimento às obrigações legais do [...], o **TRABALHADOR** é expressamente informado e, no aplicável,

mais autoriza o [...] a recolher, processar e tratar os seguintes dados de carácter pessoal obtidos no âmbito da relação laboral:

- a. Dados de identificação: nome, data de nascimento, naturalidade, filiação, sexo, nacionalidade, morada e telefone, habilitações literárias, número de cartão de cidadão, número de contribuinte e número de beneficiário da Segurança Social;
- b. Situação familiar: estado civil, nome do cônjuge, filhos ou pessoas a cargo e outras informações suscetíveis de determinar a atribuição de complementos de retribuição;
- c. Sobre a atividade profissional: horário e local de trabalho, número de identificação interno, data de admissão, antiguidade, categoria profissional, antiguidade na categoria, nível/escalão salarial, natureza do contrato;
- d. Elementos relativos à retribuição: retribuição de base, outras prestações certas ou variáveis, subsídios, férias, assiduidade e absentismo, licenças, outros elementos relativos à atribuição de complementos de retribuição, montante ou taxa em relação aos descontos obrigatórios ou facultativos;
- e. Outros dados: eventual grau de incapacidade respetivo ou de membro do seu agregado familiar, eventual incapacidade temporária resultante de acidente de trabalho ou de doença profissional, local de pagamento, número de conta bancária e identificação da instituição.

2. Pelo presente Contrato, o **TRABALHADOR** é expressamente informado e, no aplicável, autoriza o [...] a comunicar e/ou transferir os seus dados pessoais às entidades referidas no Número seguinte, com vista às seguintes finalidades:

- a. Cálculo e pagamento de retribuições, prestações acessórias, outros abonos e gratificações;
 - b. Cálculo, retenção na fonte e operações relativas a descontos na retribuição, obrigatórios ou facultativos, decorrentes de disposição legal;
 - c. Realização de operações estatísticas não nominativas relacionadas com o processamento de salários no âmbito da entidade processadora;
 - d. Cumprimento de obrigações legais e contratuais a cargo do [...].
3. As entidades mencionadas no Número anterior são as seguintes:
- a. IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social;
 - b. AT – Autoridade Tributária;
 - c. Instituições Bancárias e Seguradoras;
 - d. INE – Instituto Nacional de Estatística;
 - e. ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho;
 - f. DGERT – Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho;
 - g. CITE – Comissão Para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
4. Não são de excluir outras entidades não mencionadas com legitimidade contratual para assegurar os legítimos interesses do [...] em proceder(em) ao tratamento dos dados em questão, em concreto: contabilistas, auditores, advogados e outros consultores/assessores profissionais externos e a terceiros que prestem serviços ao [...].
5. O **TRABALHADOR** declara expressamente que antes da assinatura do presente Contrato foi informado pelo [...] do seu direito de aceder, retificar, cancelar e opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais a qualquer momento, através de envio de comunicação escrita dirigida ao [...] para a morada da sede ou através de correio eletrónico: [endereço de correio eletrónico].

6. O [...] desde já informa o **TRABALHADOR** que os seus dados apenas serão mantidos pelo período de tempo estritamente necessário ao cumprimento das *supra* mencionadas finalidades.

7. O **TRABALHADOR** mais foi informado que em caso de violação dos seus dados pessoais, assiste-lhe o direito de apresentar queixa junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou de futura autoridade de controlo que a venha a substituir.

ADITAMENTOS A CONTRATOS DE TRABALHO: MODELO B (MAIS COMPLEXO)

Anexo ao contrato de trabalho nº _____

ADITAMENTO

Em _____, no dia _____ de _____ de _____.

_____, [nome], titular do Cartão de Cidadão
[ou Bilhete de Identidade/Passaporte/outro documento de identificação
pessoal] nº _____, declara que foi informado pelo empregador a
[...], com sede [...], ("[...]") relativamente às seguintes matérias:

Dados pessoais:

De acordo com o disposto no Regulamento Europeu de Proteção de Dados [RGPD (UE) 679/16] e demais legislação relativa a proteção de dados aplicável, informa-se que os seus dados pessoais farão parte de uma base de dados informática, cujo Responsável pelo Tratamento é o [...], nos termos que em seguida se apresentam:

1. Os **Dados Pessoais do Trabalhador** serão recolhidos e tratados para as seguintes finalidades, correspondendo às seguintes categorias de

Dados Pessoais:

FINALIDADES	CATEGORIAS DE DADOS
Celebração e manutenção do contrato de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Dados de identificação e contacto; • Características pessoais e dados de situação familiar; • Dados relativos à situação profissional; • Dados relativos à retribuição e benefícios atribuídos.
Gestão de recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Dados de identificação e contacto; • Dados de habilitação legal para conduzir; • Características pessoais e dados de situação familiar; • Dados relativos às habilitações, qualificações e experiência profissional; • Dados relativos à situação profissional; • Dados relativos à retribuição e benefícios atribuídos; • Dados financeiros (de pagamento) e fiscais; • Dados de assiduidade e absentismo.
Avaliação de desempenho	<ul style="list-style-type: none"> • Dados de identificação e

	<p>contacto;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dados relativos à situação profissional; • Dados relativos à retribuição e benefícios atribuídos; • Dados de assiduidade e absentismo; • Dados relativos ao desempenho profissional.
Gestão administrativa e de contactos	<ul style="list-style-type: none"> • Dados de identificação e contacto; • Dados relacionados com tecnologias de informação (p. ex.: nomes de utilizador, palavras-passe, etc.), relativamente a equipamentos de trabalho.
Controlo de assiduidade	<ul style="list-style-type: none"> • Dados de identificação e contacto; • Dados de assiduidade e absentismo.
Processamento salarial	<ul style="list-style-type: none"> • Dados de identificação e contacto; • Características pessoais e dados de situação familiar; • Dados relativos à situação profissional; • Dados relativos à retribuição e benefícios atribuídos;

	<ul style="list-style-type: none"> • Dados de assiduidade e absentismo; • Dados financeiros (de pagamento), fiscais e de Segurança Social.
Formação profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Dados de identificação e contacto; • Dados relativos à situação profissional; • Dados de formação profissional.
Medicina no Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Dados de identificação e contacto; • Dados de saúde.
Gestão de acidentes de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Dados de identificação e contacto; • Dados relativos à situação profissional; • Dados relativos à retribuição e benefícios atribuídos; • Dados relacionados com acidentes de trabalho, incluindo os relativos aos seguro obrigatório; • Dados de saúde.
Gestão de benefícios	<ul style="list-style-type: none"> • Dados de identificação e contacto; • Dados relativos à retribuição e benefícios atribuídos; • Dados relativos às habilitações, qualificações e experiência

	profissional; • Dados relativos à situação profissional.
Finalidades estatísticas	• Serão tratados os dados que se revelem estritamente necessários para o cumprimento da obrigação em causa, de acordo com as categorias de dados acima descritas.
Cumprimento de obrigações	• Serão tratados os dados que se revelem estritamente necessários para o cumprimento da obrigação em causa, de acordo com as categorias de dados acima descritas.

2. O Empregador mais trata os “**Dados Pessoais de Terceiros**”, neles se incluindo os dados pessoais dos membros do agregado familiar do Trabalhador com a finalidade de proceder ao cálculo da taxa de retenção fiscal, bem como dados pessoais de terceiros para fins relacionados com acidentes de trabalho. O Trabalhador confirma que informou tais pessoas sobre a comunicação e tratamento dos seus dados pessoais em conformidade com o indicado neste Anexo.

FINALIDADES	CATEGORIAS DE DADOS
Cálculo da taxa de retenção fiscal	• Dados de identificação e contacto; • Dados de situação familiar; • Dados de saúde (incapacidade).

Gestão de acidentes de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Dados de identificação e contacto. • Características pessoais e dados de situação familiar.
--	--

3. Os **Dados Pessoais do Trabalhador** são tratados com base nos seguintes fundamentos jurídicos:

FINALIDADES	FUNDAMENTO JURÍDICO
Celebração e manutenção do contrato de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Execução de um contrato de trabalho no qual o Trabalhador é parte; • Cumprimento de obrigações jurídicas a que o Empregador está sujeita.
Gestão de recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Execução de um contrato de trabalho no qual o Trabalhador é parte; • Cumprimento de obrigações jurídicas a que o Empregador está sujeito.
Avaliação de desempenho	<ul style="list-style-type: none"> • Execução de um contrato de trabalho no qual o Trabalhador é parte.
Gestão administrativa e de contactos	<ul style="list-style-type: none"> • Execução de um contrato de trabalho no qual o Trabalhador é parte.
Controlo de assiduidade	<ul style="list-style-type: none"> • Execução de um contrato de trabalho no qual o Trabalhador é

	<p>parte;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento de obrigações jurídicas a que o Empregador está sujeito.
Processamento salarial	<ul style="list-style-type: none"> • Execução de um contrato de trabalho no qual o Trabalhador é parte; • Cumprimento de obrigações jurídicas a que o Empregador está sujeito.
Formação profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Execução de um contrato de trabalho no qual o Trabalhador é parte; • Cumprimento de obrigações jurídicas a que o Empregador está sujeito.
Medicina no Trabalho	<p><u>Dados sensíveis (dados de saúde):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento de obrigações e do exercício de direitos específicos do Empregador ou do Trabalhador em matéria de legislação laboral, e segurança social e de proteção social, incluindo para efeitos de medicina do trabalho e para a avaliação da capacidade de trabalho do Trabalhador. <p><u>Outros dados pessoais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Execução de um contrato de

	trabalho no qual o Trabalhador é parte.
Gestão de acidentes de trabalho	<p><u>Dados sensíveis (dados de saúde):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento de obrigações e do exercício de direitos específicos do Empregador ou do Trabalhador em matéria de legislação laboral, de segurança social e de proteção social. <p><u>Outros dados pessoais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Execução de um contrato de trabalho no qual o Trabalhador é parte.
Gestão de benefícios	<ul style="list-style-type: none"> • Execução de um contrato de trabalho no qual o Trabalhador é parte.
Finalidades estatísticas	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento de obrigações jurídicas a que o Empregador está sujeito.
Cumprimento de obrigações	<ul style="list-style-type: none"> • Execução de um contrato de trabalho no qual o Trabalhador é parte; • Cumprimento de obrigações jurídicas a que o Empregador está sujeito.

5. A disponibilização, pelo Trabalhador, dos seus dados pessoais e dos Dados Pessoais de Terceiros é obrigatória, sendo necessária para a execução do

contrato de trabalho e para o cumprimento das obrigações que do mesmo decorrem para ambas as partes. A não disponibilização, pelo Trabalhador, dos dados pessoais impedirá a execução do contrato de trabalho.

6. Os dados pessoais, de Trabalhadores e de Terceiros, serão conservados pelo Empregador pelos seguintes prazos:

DADOS PESSOAIS DE TRABALHADORES	
FINALIDADES	PRAZO DE CONSERVAÇÃO
Celebração e manutenção do contrato de trabalho	• Durante toda a relação laboral e 1 (um) ano após a cessação desta.
Gestão de recursos humanos	• Durante toda a relação laboral e 1 (um) ano após a cessação desta.
Avaliação de desempenho	• Durante toda a relação laboral e 1 (um) ano após a cessação desta.
Gestão administrativa e de contactos	• Durante toda a relação laboral.
Controlo de assiduidade	• 5 (cinco) anos.
Processamento salarial	• Durante toda a relação laboral e 1 (um) ano após a cessação desta.
Formação profissional	• 5 (cinco) anos.
Medicina no Trabalho	• 5 (cinco) anos.
Gestão de acidentes de trabalho	• 5 (cinco) anos.
Gestão de benefícios	• Durante toda a relação laboral e 1 (um) ano após a cessação desta.

Finalidades estatísticas	<ul style="list-style-type: none"> • Período abrangido pelos inquéritos estatísticos.
Cumprimento de obrigações	<ul style="list-style-type: none"> • Obrigações fiscais e de escrituração mercantil: 10 (dez) anos; • Obrigações de Segurança Social: 5 (cinco) anos; • Relatório Único Anual: 5 (cinco) anos. • Obrigações contratuais: durante toda a relação laboral e 1 (um) ano após a cessação desta.

DADOS PESSOAIS DE TERCEIROS	
FINALIDADES	PRAZO DE CONSERVAÇÃO
Cálculo da taxa de retenção fiscal	<ul style="list-style-type: none"> • Enquanto forem necessários para a finalidade em causa.
Gestão de acidentes de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Enquanto forem necessários para a finalidade em causa.

- Em qualquer caso, os Dados Pessoais do Trabalhador e os Dados Pessoais de Terceiros poderão ser conservados para além dos prazos acima mencionados na medida em que sejam necessários para efeitos de declaração, exercício ou defesa num processo judicial, até 6 meses após o trânsito em julgado do mesmo.
- O Empregador informa que, no âmbito da execução da relação laboral, recorre aos seguintes prestadores de serviços, os quais atuam na

qualidade de subcontratantes, tratando os Dados Pessoais do Trabalhador em nome e por conta da Empregadora: prestador de serviços de gestão de recursos humanos, processamento de salários e de gestão de sistemas de informação; prestadores de serviços de consultoria e formação profissional; prestador de serviços de saúde e segurança no trabalho; prestador de serviços de pagamento (instituições financeiras); prestador de serviços de assessoria jurídica; prestador de serviços de auditoria; prestador de serviços de corretagem de seguros; prestadores de serviços de apoio logístico a expatriados.

9. O Empregador mais informa que, no âmbito da sua atividade, poderá, ainda, recorrer a outros subcontratantes consoante seja necessário, tais como fornecedores de serviços tecnológicos, fornecedores de serviços de informática, empresas de segurança, empresas de gestão e manutenção de infraestruturas. No âmbito e para exercício dessa prestação de serviços subcontratada, estes subcontratantes poderão ter acesso aos Dados Pessoais do Trabalhador.
10. Qualquer dos subcontratantes mencionados nos números anteriores apenas procederá ao tratamento dos dados pessoais do trabalhador e de terceiros em nome e por conta do Empregador, sempre e só de acordo com as expressas instruções que lhe sejam dadas por esta e em resultado do contrato celebrado entre esta última e aqueles prestadores de serviços.
11. O Empregador segue critérios rigorosos na seleção de prestadores de serviços, a fim de cumprir com as suas obrigações de proteção de dados, comprometendo-se a subscrever com os mesmos um acordo de tratamento de dados, que inclui, entre outras, as seguintes obrigações: aplicar medidas técnicas e organizacionais adequadas, tratar os dados pessoais para os fins acordados e respondendo exclusivamente às

instruções documentadas do Empregador, e apagar ou devolver os dados à Empregadora após a conclusão dos serviços.

12. O Empregador informa que os Dados Pessoais do Trabalhador que, em cada caso, se mostrem relevantes para o efeito, serão transmitidos às entidades seguradoras, para efeitos de contratação de apólices de seguro; às entidades bancárias, para efeitos de pagamento do subsídio de refeição em cartão.
13. Na medida do permitido pela legislação aplicável, os dados pessoais do Trabalhador serão igualmente transmitidos à [...], enquanto sociedade-mãe do Grupo, para efeitos de gestão integrada de recursos humanos, organização de um diretório comum de contactos e gestão da carreira profissional a nível do Grupo.
14. Para efeitos de cumprimento de obrigações legais, a Empregadora informa que os Dados Pessoais do Trabalhador, e quando aplicável, os Dados Pessoais de Terceiros, serão igualmente transmitidos à Autoridade Tributária, ao IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, à Autoridade das Condições do Trabalho, ao Instituto Nacional de Estatística, ao Fundo de Compensação do Trabalho, ao Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho, bem como a qualquer outra autoridade a quem, por força da legislação em vigor, o Empregador tenha de comunicar tais dados pessoais.
15. O Trabalhador tem os seguintes direitos, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Empregador:

DIREITO	CONTEÚDO	MEIO DE EXERCÍCIO
---------	----------	-------------------

ACESSO	Direito de obter da parte do Empregador a confirmação sobre se a mesma trata, ou não, os seus dados pessoais, podendo solicitar uma cópia dos mesmos.	O Trabalhador pode exercer os seus direitos, por escrito, para [...] ou através do seguinte endereço de correio eletrónico: [...]
RETIFICAÇÃO	Direito de retificar os dados pessoais que sejam inexatos ou sejam incompletos.	
APAGAMENTO	Em certas situações, tem o direito ao apagamento dos seus dados pessoais.	
LIMITAÇÃO	Em certas situações, direito de limitação dos seus dados pessoais, caso em que o Empregador marcará os Dados Pessoais do Trabalhador e apenas os voltará a utilizar com o consentimento do Trabalhador ou se forem necessários para um processo judicial.	
PORTABILIDADE	Em certas situações, pedir ao Empregador os Dados Pessoais do Trabalhador num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática e, se possível, que a Empregadora os transmita diretamente para um	

	terceiro indicado pelo Trabalhador.	
OPOSIÇÃO	Em certas situações, direito de se opor, a qualquer momento e por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos seus dados pessoais, caso em que o Empregador cessará o tratamento dos dados pessoais, a não ser que a mesma apresente razões imperiosas e legítimas para esse tratamento que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do Trabalhador ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.	
Caso o Trabalhador considere que os seus dados pessoais foram tratados em desrespeito da legislação de proteção de dados aplicável, tem o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados (www.cnpd.pt).		

Fiquei esclarecido do conteúdo deste documento e obrigo-me nas condições nele previstas.



Assinado:

[nome] _____

[n.º do Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade/Passaporte/outro documento de identificação pessoal] _____



CLÁUSULA A CONSTAR NUM CONTRATO DE TRABALHO/CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE UM GINÁSIO E UM TÉCNICO DE EXERCÍCIO (TEF)/PERSONAL TRAINER (PT) OU NUM CONTRATO DE CONCESSÃO DE ACESSO E UTILIZAÇÃO DO GINÁSIO PELO TEF/PT ("RENTA")

1. O [...] pode, de acordo com o seu livre e discricionário critério, no momento e nos suportes que considere mais adequados, proceder à divulgação, promoção e publicidade dos serviços prestados pelo TEF/PT.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o TEF/PT ora consente o [...] a utilizar o seu nome, imagem, informações relativas à sua experiência profissional, habilitações académicas e contatos.